

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      , DE 2011

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para obrigar as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 55 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 55.** .....

*Parágrafo único.* No ato da matrícula, as escolas de educação básica registrarão rol com os nomes das pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino, além dos próprios pais ou responsáveis legais, para tratar de assuntos de interesse do aluno matriculado.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

É mais que necessário informar às escolas os nomes das pessoas autorizadas a entrar em estabelecimentos escolares para cuidar de assuntos atinentes aos alunos menores de idade. Tal preocupação é legítima e indica o cuidado que a escola deve manter para com seus estudantes. Esse dever, que o presente projeto de lei busca instituir, certamente garantirá mais segurança para todos na escola e evitará fatos indesejáveis, que possam colocar em risco a integridade dos alunos e dos professores, como, por exemplo, aqueles fatídicos acontecimentos ocorridos na escola

municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no estado do Rio de Janeiro, em 7 de abril de 2011.

A garantia de que apenas pessoas de confiança, devidamente identificadas no ato da matrícula, possam entrar no espaço físico da escola para tratar de assuntos afeitos aos alunos é, a nosso ver, da mais significativa valia, tanto para o acompanhamento pedagógico dos estudantes como para melhor aproximação entre família e profissionais da educação. Nesse sentido, chamamos atenção para o dever legal da família, da sociedade em geral e do poder público – leia-se, aqui nesse contexto, a escola – em efetivar os direitos referentes à educação, ao esporte, à cultura, à convivência familiar e comunitária em um ambiente seguro.

O presente projeto, pois, partilhando dos fundamentos humanísticos presentes na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que *dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*, preocupa-se em dar ao espaço escolar maior garantia de segurança e maior qualidade pedagógica ao pôr em sinergia as duas maiores interfaces educativas, que são a família e a escola.

Para tornar eficaz a norma geral deste projeto, será necessário equipar as escolas de grande e médio porte com a presença de profissionais da educação, devidamente treinados para a função, em atuação na entrada dos estabelecimentos, com vistas ao controle de acesso e à identificação dos estudantes e das pessoas autorizadas a circular no seu interior. Essas providências, entretanto, devem ser normatizadas no âmbito de cada sistema ou rede de ensino, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas, não cabendo à legislação federal o detalhamento operacional da medida que se pretende implementar.

Em vista do exposto conclamamos o apoio de nossos nobres Pares ao presente Projeto de Lei do Senado.

Sala das Sessões,

Senador PAULO BAUER